

Cr\$ 27,7 trilhões para prioridades sociais

por Cláudia Safatle
de Brasília

1985

O orçamento fiscal para 1986 prevê a arrecadação de Cr\$ 21,7 trilhões pelo Finsocial e mais Cr\$ 8,5 trilhões dos programas PIN/Proterra (sendo que cerca de 70% será aplicado na área social) totalizando aproximadamente Cr\$ 27,7 trilhões de recursos para o programa de "prioridades sociais" do governo.

O presidente José Sarney aprovou suplementação de recursos de Cr\$ 3,51 trilhões (sendo Cr\$ 3,3 trilhões de excesso de arrecadação do Finsocial e, portanto, a fundo perdido) para o programa de prioridades deste ano, totalizando, assim, até agora, um montante de Cr\$ 11,5 trilhões dos Cr\$ 12,9 trilhões previstos quando da criação do "prioridades sociais", no início da Nova República. Destes, Cr\$ 3,4 trilhões foram alocados para a área de alimentação popular; Cr\$ 4,99 trilhões foram destinados a programas de emprego e infra-estrutura básica e outros Cr\$ 2,03 trilhões foram dirigidos para a área do Projeto Nordeste, além de Cr\$ 1,03 trilhão aplicados na recuperação de áreas atingidas pelas enchentes na região nordestina.

Segundo relato do secretário de Planejamento da Seplan, Francisco Vidal Luna, dos recursos suplementares aprovados pelo presidente da República na última quinta-feira, Cr\$ 550

bilhões serão alocados para o programa de alimentação escolar, envolvendo 22,2 milhões de crianças e 76.500 toneladas de alimentos; também na área do Ministério da Educação, outros Cr\$ 581 bilhões foram aprovados para a rede de ensino básico, divididos entre construção e recuperação de escolas e equipamentos escolares.

O programa de suplementação alimentar do Ministério da Saúde receberá Cr\$ 500 bilhões ainda neste ano para distribuir 52.600 toneladas de alimentos para 10 milhões de crianças, gestantes e nutrizes. O Ministério da Saúde foi contemplado ainda com mais Cr\$ 198 bilhões que serão investidos no controle de doenças transmissíveis.

A maior parcela dos recursos, porém, será direcionada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Este é um programa recentemente aprovado e abrange Cr\$ 2,62 trilhões de recursos, sendo Cr\$ 1 trilhão do Finsocial e o restante do BNH. São aplicações na área de projetos de habitação popular e saneamento básico.

Outro programa, chamado Ruas em Paz, administrado pelo Ministério da Justiça, recebeu Cr\$ 350 bilhões que serão aplicados na melhoria dos serviços de segurança pública e das condições de vida da população carcerária. Além desses, outros dois "programas" também foram beneficiados.